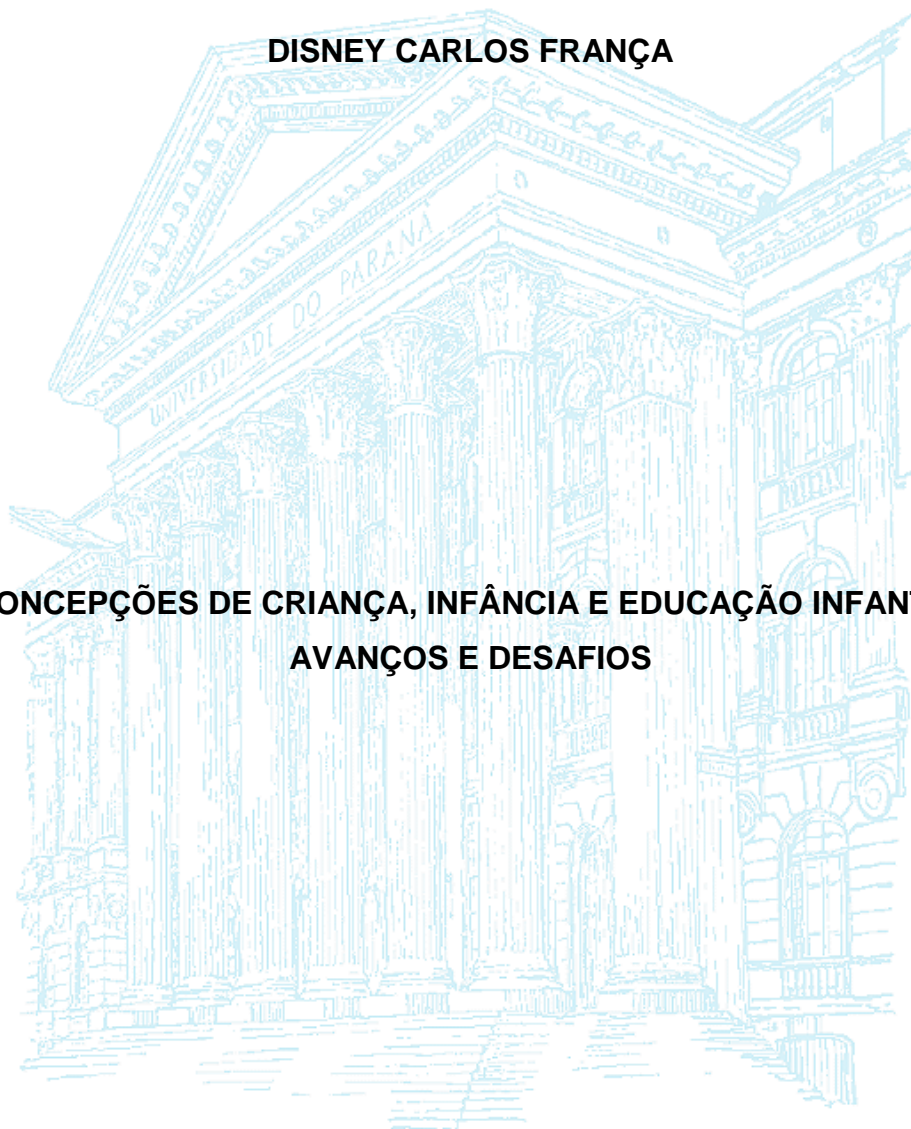


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DISNEY CARLOS FRANÇA

**CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
AVANÇOS E DESAFIOS**



MATINHOS

2015

DISNEY CARLOS FRANÇA



**CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: **Prof^a. Dra. Danielle Marafon**

MATINHOS

2015



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática 2.5A - Educação Infantil os membros da banca examinadora: Danielle Marafon (orientador), Guisele de Merais e Maurício Cesar Citerio Landers para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Guisele Carlos Franca

_____, sob o título: Concepções de infância, infância e Educação Infantil: avanços e desafios.

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito AB.

Nada mais havendo a tratar, eu Danielle Marafon (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.

Danielle Marafon
Orientador

Guisele de Merais
Avaliador 1

Maurício Cesar Citerio Landers
Avaliador 2

Guisele
Cursista

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇOS E DESAFIOS

FRANÇA, Disney Carlos¹
prof.carlosfran@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a trajetória e história das instituições de atendimento à criança, também discutir e entender os avanços e os desafios das mesmas no Brasil e no Paraná, através da investigação do passado e a busca por melhorias no ensino e atendimento à criança, sobretudo no que diz respeito a ação pedagógica e por meio da práxis socialmente envolvidas nas capacitações dos professores, bem como adotar políticas e ações afim de potencializar promovendo constante revitalização nas instituições infantis.

Tendo fortalecimento diante dos desafios para seu desenvolvimento recorreremos a pesquisa bibliográfica e as leis, buscando como base o Método Histórico, considerando que por meio dele, é possível conhecer a origem das primeiras instituições de atendimento a crianças no Brasil e no Paraná, também verificando as diferentes mudanças no decorrer dos tempos, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa. Os resultados apontam que através de desafios, houve progresso significativo da legislação, quando esta reconheceu as crianças como cidadãos, sujeito de direitos.

Palavras Chave: Infância; Educação Infantil; Avanços

Formado em História pela Faculdade Espírita¹

CONCEPCIONES NIÑO, LA NIÑEZ Y LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA: AVANCES Y RETOS

FRANÇA, Disney Carlos¹
prof.carlosfran@gmail.com

CURRÍCULUM

Este estudio tiene como objetivo analizar la trayectoria y la historia de las instituciones de cuidado de niños también discutir y comprender los avances y desafíos de la misma en Brasil y Paraná, a través de la investigación del pasado y la búsqueda de mejoras en la enseñanza y el cuidado de los niños en particular con respecto a la acción pedagógica y por medio de la praxis social implicado en la formación de profesores, y adoptar políticas y acciones con el fin de mejorar la promoción de la revitalización constante en las instituciones infantiles.

Tener fuerza sobre los retos para su complejo desarrollo de la literatura y las leyes, tratando de aprovechar el método de la historia, teniendo en cuenta que a través de él es posible conocer el origen de la primera convocatoria de las instituciones infantiles en Brasil y Paraná, también la comprobación diferentes cambios en el transcurso del tiempo, los cuales pasaron por el bienestar, la custodia y la privación cultural a la función educativa. Los resultados muestran que a través de retos, avances significativos de la legislación cuando se reconoce a los niños como ciudadanos, sujetos de derechos.

Palabras clave: Infancia; Educación Infantil; Avances

Licenciado en Historia por la Facultad Espirita

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A HISTÓRIA E AS CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ.....	8
3. OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	11
4. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
5. A EDUCAÇÃO INFANTIL CONTEMPORÂNEA NO ESTADO DO PARANÁ.....	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
7. REFERÊNCIAS.....	20

INTRODUÇÃO

Ao recorrermos a história, a educação da criança esteve sob-responsabilidade exclusiva da família durante séculos, pois sobre o convívio da família que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras de sua cultura.

Acreditamos que pesquisar os aspectos históricos da educação em especial da Educação Infantil, é necessário entendermos como essas instituições eram pensadas e em que contexto elas se desenvolveram. Ao retornarmos à história podemos compreender as questões referentes à Educação, em especial, a Educação Infantil no século XXI.

Ao pensar nos avanços e desafios, esse artigo tem como objetivo contribuir para a construção da educação infantil e assim traçar o desenvolvimento e aprendizado da criança, buscando como base o método histórico.

Os desafios da Educação Infantil no Paraná e em todo o Brasil, tem como principal o direito da criança de viver sua infância e se constituir no sujeito adulto, que teve a oportunidade de ser educado, de frequentar a escola em condições que lhe permitam alcançar o pleno desenvolvimento pessoal, os avanços veio junto a constituição de 1988 dando as crianças direito à educação, sendo fortalecido pela lei 8.069/90 que trata do estatuto da criança e do adolescente trazendo assim a inclusão da criança nas escolas desde a infância valorizando a igualdade étnica, biológica e cultural da criança, com políticas públicas e também pela comunidade para trazer a criação e expansão de instituições tanto de creches, quanto escolas maternas e enriquecimento do trabalho pedagógico derrubando o discurso da sua origem que essas instituições tiveram uma função de assistencialista, buscando melhores estruturas e equipe docente, “[...] a estrutura e a organização dos sistemas que asseguram a todas as crianças e adolescentes o direito ao ensino, mas é o conteúdo do ensino que mais contribui para o seu desenvolvimento global.” (Brian Homes, 1983).

Do desenvolvimento das questões apontadas o presente artigo, trazendo pesquisas bibliográficas, as leis e o trajeto histórico das instituições a ação pedagógica dos professores, os desafios e progressos na Educação Infantil no Brasil e principalmente no Estado do Paraná.

A HISTÓRIA E AS CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Inicialmente as organizações de creches, orfanatos e asilos surgiram com um cunho assistencialista, com a intenção de amparar as mulheres que trabalhavam fora. Outro fator que colaborou para a chegada desses estabelecimentos educacionais foram as iniciativas de abrigar órfãos abandonados que, apesar do apoio da sociedade, ser mãe solteira, era na época uma vergonha, sendo uma desonra para a família, quando acontecia tal fato, os pais mandavam suas filhas para parentes que moravam em outras cidades, isso quando não a expulsavam de casa e as deserjavam. “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p. 37). Por isso muitas mulheres abandonava seus filhos, que iam parar nos orfanatos e outras organizações.

É interessante destacar que, no decorrer das décadas meios alternativos foram surgindo no sentido de acolher as crianças carentes. Roda dos expostos ou roda dos excluídos, foi uma das instituições mais duradouras de atendimento à infância, que teve início antes das creches. Por muito tempo a roda dos excluídos foi o único estabelecimento que dava assistência as crianças excluídas no Brasil, (por isso o nome roda dos excluídos).

As creches em um primeiro momento tinham caráter assistencial, ou seja, de cuidar, alimentar, higienizar e proteger as crianças dos perigos, já no século XIX atribui-se à pré-escola uma nova função, relacionada à ideia de “educação”.

Vale destacar aqui Johann Heinrich Pestalozzi grande influente para a estruturação do pensamento educacional do século XIX. Seu sistema pedagógico tinha como pressuposto básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva.

Podemos citar também Friedrich Wilhelm August Frobel, Maria Montessori, Celestin Freinet.

No início do século XX no Brasil o índice da mortalidade infantil era combatida tanto no seio da família, quanto nas instituições de atendimento à infância, pela igreja e médico higienista que era defendida pela justiça da época. Na prática, “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais

privadas” (KUHLMANN, 1998, p. 88).

Atendendo reivindicações sociais incluíam melhores condições de trabalho para a mulher e atendimento aos menores, mas só em 1932 que o governo regulou o trabalho da mulher e determinou a obrigatoriedade do oferecimento de creches pelos estabelecimentos no local que trabalhassem pelo menos 30 mulheres, o que era favorecimento do empregador tornou-se um direito do trabalhador, em meados de 1970, estimava que o atendimento a criança de 0 à 6 anos desamparada, proporcionaria a superação das precárias condições sociais em que a criança estava sujeita. Era a defesa de uma educação satisfatória.

Kramer (1995, p. 24), no debate desse assunto, frisa que o discurso do poder público em prol do atendimento as crianças de classes mais necessitadas, oriunda de determinada concepção de infância, sendo que o mesmo identifica esse período da vida da criança de forma padronizada e uniforme. A ideia é a de que as crianças das classes sociais desprovidas são consideradas “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdo que deveriam ser nelas incutidos”. Segundo a autora.

Para compensar tais carências da nutrição e saúde assim como as deficiências no ensino, são ofertadas áreas propostas no intuito de suprir tais necessidades. Nessa holística a pré-escola serviria como alavanca na mudança social.

Finalmente um diagnóstico das necessidades da educação infantil, assinalando as condições de vida e o desenvolvimento das crianças brasileiras, a pobreza, que afeta a maioria delas, que retira de suas famílias as possibilidades mais primárias de alimentá-las e assisti-las, tem que ser enfrentada com políticas abrangentes que envolvam a saúde, a nutrição, a educação, a moradia, o trabalho e o emprego, a renda e os espaços sociais de convivência, cultura e lazer, pois todos esses são elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança.

De acordo com estudos de Lara (2006) a Educação Infantil iniciou no Paraná quando este deixou de pertencer à 5ª Comarca de São Paulo para tornar-se Estado autônomo, a história da Educação Infantil está ligada as questões econômicas, políticas e sociais.

Segundo a Lei nº 21, de 2 de março de 1857 (Reforma de Couto Ferraz) foi que instituiu os primeiros regulamentos da instrução pública na província do Paraná.

Em 1904 foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância no Paraná, o Maria de

Miranda. Em 1905 foi criado o Instituto de Proteção à Infância, que objetivava passar para as famílias pobres noções elementares de higiene infantil e fomentar a criação de asilos de maternidade destinados a atender as mães nos últimos meses de gestação e creches para atender e alimentar crianças de dois anos enquanto as mães trabalhavam. Os conteúdos trabalhados eram: o alfabeto, o algarismo, a leitura, e a cópia. Em 1935, existiam 14 Jardins de Infância mantidos pelo Estado e 19 por particulares e Escola Maternal.

Por volta de 1960 havia preocupação com a formação dos professores do Estado do Paraná, em 1964 ano marcado por preocupações destinadas a organização do espaço, disposição dos móveis, preocupação com os materiais didáticos, manuais e, primordialmente, a utilização de recursos audiovisuais, que já recebia especial cuidado à época.

No Estado do Paraná, em 1906 foi inaugurado o primeiro Jardim Público de Infância do Paraná, em 1920 funcionavam quatro jardins de infância. Foi em 1980 que se começou a pensar em um ensino de qualidade, com vistas ao acesso e permanência das crianças na escola pública, luta travada por movimentos de oposição ao regime militar, que lutavam para que as verbas públicas fossem destinadas somente para as escolas públicas de todos os níveis e buscavam também a universalização da Educação Básica e a erradicação do analfabetismo.

É no início do século XVIII que se firmam as primeiras inquietações com a educação de crianças pequenas, resultantes da mudança de atitudes que as famílias tiveram a partir do movimento em que passaram a considerar a criança com suas especificidades, ou seja, até então a criança era vista e tratada como um adulto.

A Educação Infantil deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas (PROINFANTIL, 2005).

“Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal e

1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.” (Kuhlmann, 2003 p.469)

Em 1979, no Brasil, foi criado o Movimento de Luta por Creches, basicamente composto por mulheres operárias que reivindicavam creches para poder trabalhar fora para aumentar a renda familiar.

Em 1980, intensificou-se a expansão da rede de creches públicas no Brasil, dentre os movimentos destacam-se Luta por Creches, a Pastoral do Menor, Sociedades Amigos de Bairros.

OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Foi com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que houve avanços para a Educação Infantil. Pela primeira vez no Brasil, com a Constituição de 1988, reconheceu-se um direito próprio da criança pequena, o direito à creche e à pré-escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8069/julho de 1990, em seu artigo 54, determina que o Estado tem o dever de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. Na LDB n.9394/1996, a nomenclatura Educação Infantil passou a ter forma mais favorável à criança pequena, e a Lei declara que a Educação Infantil se destina a crianças de 0 a 3 anos em creches e de 3 a 5 em pré-escolas, tornando-se parte integrante da Educação Básica Brasileira. Ela “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (LDBEN, Art.29).

É imprescindível citarmos também, neste momento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/ 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18), pois essa Lei contém os princípios e determinações que regem a Educação Infantil em nosso país.

A partir deste documento, a Educação Infantil passa por um intenso processo

de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças pequenas. Ter se destacado, em especial, as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até 3 anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de 4 a 5 anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Atualmente a Educação Infantil tem reconhecimento de ordem legal. Na lei nº 9394/96, em seu artigo 29, que está previsto:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A LDB (Lei 9394/96) tem incorporado a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica que passa a ter como objetivo exercer duas funções, educar e cuidar, deixando à margem a ênfase dada apenas ao caráter de cunho assistencialista. Nesse sentido constata que a Educação Infantil teve que reelaborar as concepções de criança, de educação e de serviços prestados. Diante deste contexto, a pesquisa elaborada, aborda um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e Paraná, iniciando com uma abordagem sobre criança. Traz ainda as Políticas Públicas que norteiam a Educação Infantil. Apresentando uma investigação bibliográfica de que as mudanças são necessárias e possíveis e pesquisa de campo com informações importantes para uma educação infantil de qualidade, que contempla a formação integral das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Desde 1998 há o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, considerando-se um documento orientador que tem sido considerado em inúmeras instituições escolares.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.32) relata:

“Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes

assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.”

Vista num sentido mais restrito, portanto, a Educação Infantil designa a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio, ou seja, trata-se do período de vida escolar em que se atende pedagogicamente crianças entre 0 e 5 anos de idade no Brasil, lembrando que nesta faixa etária as crianças ainda não estão submetidas a obrigatoriedade escolar. A Constituição de 1988 define de forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas sendo como educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) denomina a instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de Creche, e a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade de Pré-escola. De acordo com a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental passa a ser de nove anos de duração e não mais de oito, com isso as crianças de seis anos de idade deverão entrar obrigatoriamente no ensino fundamental e não mais na pré-escola.

Vejamos o que diz a LDB sobre a Educação Infantil:

“No art. 29. A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, contemplando a ação da família e da comunidade. No art. 30 a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e m pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. No art. 32. Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para acesso ao Ensino Fundamental.”

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

“As creches e pré-escolas devem ter por objetivos a educação e os cuidados básicos para o desenvolvimento das crianças, ver suas *capacidades fundamentais, ampliando-lhes as possibilidades de acesso ao patrimônio cultural da sociedade em que vivem*. As instituições de Educação Infantil têm, assim, a função de possibilitar a todas as crianças, sem discriminação de raça, credo, gênero, assim como aquelas portadoras de necessidades especiais, uma vida coletiva social diferente e complementar ao contexto familiar, assegurando experiências em um novo meio baseado em relações estáveis e afetivas com adultos e outras crianças. Devem, por fim, estar comprometidas com os princípios democráticos e a formação da cidadania.”

(Extraído do Documento “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil”, 1998, p. 28)

É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos. Diante disso é importante que o educador na Educação Infantil preocupe-se com a organização e aplicação das atividades contribuindo assim para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos.

Com o desenvolvimento do conceito de infância e essa nova maneira de perceber a criança, mudam-se a atitude, os ensinamentos e os cuidados para com os pequenos. Esse novo conceito de infância provocou ainda mudanças no quadro educacional. Desenvolveram-se, então, preocupações relativas à educação de criança de primeiros meses a 6 anos.

A EDUCAÇÃO INFANTIL CONTEMPORÂNEA NO ESTADO DO PARANÁ

Este artigo foi baseado em análises bibliográficas e visitas a CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), UEI (Unidade de Ensino Integral), reportagem e entrevistas, elaboradas através do curso GPDI (Gestão e Processos em Educação

Diversidade e Inclusão) pela UFPR. Discorrendo acerca do desenvolvimento e ação pedagógica do conceito de infância abordaremos as pesquisas feitas. Abordando os estudos realizados sobre a instituição escola de Educação Infantil Reggio Emília, na Itália, onde tornou-se conhecido internacionalmente como exemplo de atendimento a infância em 1991, porém este trabalho teve início após a segunda guerra mundial 1945, idealizado pelo professor Loris Malaguzzi, conhecedor de psicopedagogia, seminarista em Genebra, foi o fundador do Centro Internacional Loris Malaguzzi.

A educação infantil no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná será tratada a partir dos dados atuais levantados. Os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs atendem crianças de 0 a 3 anos (creche) em período integral e crianças de 4 a 5 anos (pré-escola) em meio período, neste ano o total de crianças atendidas é de 1.995, como segue descrito em dados abaixo. Em 2009 as turmas de jardim II funcionaram somente em meio período. Outra forma de atendimento é a “Colônia de Férias” (CMEI) com atividades recreativas e desportivas elaboradas e desenvolvidas pela equipe de Esporte, Cultura e Lazer, atendendo no ano de 2009, 185 crianças. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município do ano de 2009, foram computadas 1.995 matrículas nos Centros Infantis, sendo 158 crianças no berçário; 123 no maternal I; 322 no maternal II; 408 no jardim I; e 984 crianças no Jardim II.

Segundo o Ipardes no ano de 2013 o número de vagas nas creches em Almirante Tamandaré eram de 697 para uma população de 7.490; e o número de vagas em pré-escolas no mesmo ano era de 1052 com população de 3.841. Observa-se déficits nas creches e nas pré-escolas no que se referem a vagas: creches déficit de 6.793 e nas pré-escolas 2.789.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, o município administra 16 Centros Municipais de Educação Infantil e 39 Escolas Municipais que atendem alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, totalizando no Ensino Fundamental I 10.064 alunos e 582 professores. O atendimento ao EJA ocorre em 11 escolas conveniadas, com 37 professores e um total de 310 alunos.

A Educação Infantil ou pré-escola é ministrado em estabelecimentos educativos de vários tipos, como berçários, creches, pré-escolas, jardins de infância ou jardins-escola. Vejamos alguns exemplos de instituições de infância:

- UEI (Curitiba-PR) - Números de crianças matriculadas 58, período manhã e tarde, educação integral.

- CMEI Maria Aparecida Buscardim Hartmann (Almirante Tamandaré-PR)
 - Número de crianças matriculadas 150, com seis turmas, grande quantidade de crianças na lista de espera de vagas, número de educadores para cada sala média 3 educadores, total de educadores 22, número de educadores por criança, berçário 1 são três educadores para 18 crianças, berçário 2 são três educadores para 18 crianças, maternal 1 são três educadores para 21 crianças, maternal 2 são três educadores para 28 crianças, maternal 3 são 2 educadores e um professor para 32 crianças, pré um educador e 2 professores.
 - Idade das crianças por sala Berçário 1, de três meses a nove meses, berçário 2, de nove meses a um ano e meio. Maternal, um ano e seis meses a dois anos e sete meses. Maternal 2, dois anos e sete meses a três e sete meses. Maternal 3, de três anos e sete meses a cinco anos. Pré de cinco anos. (Informações tirada em julho de 2014)
- Vejamos também alguns dados do CMEI Jardim Graziela:
 - IDADE DO CMEI: 4 Anos
 - NÚMERO DE SALAS: 4
 - NÚMERO DE TURMAS: Atende cinco (5) turmas
 - Atende a partir do maternal 1
 - 2 Educadores para 25 crianças.
 - LISTA DE ESPERA: 120 crianças (Informações Julho de 2014)

Os demais CMEIs pesquisados contém em média as mesmas características.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa.

Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nas últimas décadas, investigam como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E tem oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento.

A pedagogia vem acumulando considerável experiência e reflexão sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados de desenvolvimento e aprendizagem. A educação infantil inaugura a educação da pessoa humana.

A educação infantil, em estabelecimentos específicos de educação infantil, vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com dados realizados neste estudo, nos trouxe ideias das necessidades, para ampliar o atendimento na área da educação infantil, construir a experiência municipal, articular a comunidade os desafios da questão pedagógica e estrutural das creches e pré-escolas, e o aumento das mesmas para suprir a demanda de vaga para diminuir a exclusão nessa faixa etária.

“A opção da família em dividir a educação com os filhos e o dever do Estado na garantia de todos esses direitos.” (OLIVEIRA, 2002).

Pode-se observar também que a Educação Infantil vem crescendo no mundo inteiro e com muita rapidez, devido as necessidades de famílias que precisam de instituições que se encarreguem do cuidado e da educação de seus filhos, principalmente na época em que se encontramos atualmente, com uma vida agitada e sem tempo para grandes coisas. Assim os pais podem sair para o trabalho sem que deixe seus filhos sem um cuidado necessário.

Analisando todo o contexto do surgimento do atendimento a criança pequena, nota-se que muito se tem avançado na concepção de criança e infância, no entanto tem-se muito mais ainda a avançar. A final em muitas instituições as concepções de assistência, amparo, caridade, ainda não foram extintas, apesar de não ser mais dominante tal entendimento ainda permeiam o atendimento. Além disso, ainda veem-se profissionais recebendo orientações assistencialistas e provisórias no que se refere a sua formação. Conseqüentemente, na prática os professores menos capacitados são mandados para a Educação Infantil atribuindo dessa forma menor importância a esse atendimento. Pode-se concluir que o grande desafio das instituições de Educação Infantil, voltadas ao atendimento das crianças pequenas, marcadas ao longo de sua história eminentemente pelo assistencialismo, é promover de forma gradual sua função de educar de forma plena. Dessa forma, as instituições de Educação Infantil devem atuar de forma encantadora, lúdica e colorida, para além dos ambientes empobrecidos, herança de valores e práticas assistencialistas. A Educação Infantil pode e deve ser caracterizada pela afetividade, carinho e atenção, com ambientes verdadeiramente acolhedores e educativos e com isto favorecer o princípio educativo da ética, solidariedade e criatividade, elementos essenciais para uma sociedade de fato justa.

Foi de grande valia os estudos realizados para este artigo, na qual a UFPR proporcionou o curso GPDI aos professores.

REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Phillipe. História da criança e da família. 2 ed. LCT, 1978.
- BRASIL. Brasília, DF. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, MEC/SEB, 2006. 1v.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. Creches e pré-escolas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de. Educação pré-escolar e cultura. Campinas: Cortez, 1999.
- O coletivo infantil em creches e pré-escolas – fazeres e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.
- TIRIBA, Lea. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender discursos e práticas. Rio de Janeiro: Ática, 2005.
- ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.
- KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- KUHLMANN JR., Moisés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- OLIVEIRA, Zilma Moraes R. Creches: Crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992
- HOLMES, Brian -Didática de Ensino, página 209.